

## Alfredo de Freitas Branco e o Integralismo Lusitano

### Alfredo de Freitas Branco and Lusitanian Integralism

*Sílvia Gomes*<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este artigo pretende evidenciar a ligação de Alfredo de Freitas Branco ao Integralismo Lusitano, um movimento que surgiu em Portugal, no início de 1914, de matriz antiliberal, cujo programa fundamental estabelecia, entre outros aspectos, o regresso a uma Monarquia tradicionalista, centrada na figura do Rei.

Neste sentido, procuramos apresentar um breve enquadramento histórico do Integralismo Lusitano e alguns aspectos essenciais do seu desenvolvimento doutrinário e político, sobretudo no primeiro quartel do século XX, o seu período de maior influência.

Em articulação com a história do movimento, abordamos a acção de Alfredo de Freitas Branco, enquanto membro do Integralismo Lusitano, destacando o seu contributo na formação e propagação do projeto integralista.

**Palavras-chave:** Alfredo de Freitas Branco; Integralismo Lusitano; Monarquia; Doutrina.

#### **Abstract**

This article intends to highlight the connection of Alfredo de Freitas Branco to Lusitanian Integralism, a movement that emerged in Portugal, in the beginning of 1914, of an antiliberal matrix, whose fundamental program established, among other aspects, the return to a traditionalist monarchy, centered on the King's figure.

In this sense, we try to present a brief historical background of the Lusitanian Integralism and some essential aspects of its doctrinal and political development, especially in the first quarter of the 20<sup>th</sup> century, its period of greatest influence.

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão Cultural e licenciada em Ciências da Cultura pela Universidade da Madeira. Investigadora do CIERL – Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira. Colaboradora no projeto *Aprender Madeira* (CLEPUL/APCA – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade de Lisboa / Agência de Promoção da Cultura Atlântica) na autoria de diversas entradas para o *Madeira Global – Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Os seus principais interesses de investigação são a cultura, a sociedade e as tradições madeirenses. Contacto: [silvia.gms1@gmail.com](mailto:silvia.gms1@gmail.com).

In articulation with the history of the movement, we approach the action of Alfredo de Freitas Branco, as a member of Lusitanian Integralism, highlighting his contribution in the formation and propagation of the integralist project.

**Keywords:** Alfredo de Freitas Branco; Lusitanian Integralism; Monarchy; Doctrine.

## Alfredo de Freitas Branco e o Integralismo Lusitano

O Integralismo Lusitano foi um movimento doutrinário e político, tradicionalista e conservador, que surgiu nos inícios da Primeira República, opondo-se ao regime democrático parlamentar e à monarquia liberal. O integralismo defendia o regresso a uma monarquia orgânica tradicionalista, centrada na figura do rei, que seria o chefe de Estado, além de defender também os privilégios da religião católica.

No seu programa, o Integralismo Lusitano apresenta a nação organizada, hierarquizada e seleccionada, com a representação dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. Os integralistas defendiam o vínculo da terra, privilegiando o campo em vez da cidade, a agricultura ao invés da indústria. Para estes, a industrialização constituía a base da acumulação capitalista, destruidora das velhas profissões artesanais, dos valores da tradição e das estruturas da velha ordem social.

Os fundadores do Integralismo Lusitano foram, na sua maior parte, antigos estudantes e companheiros na Universidade de Coimbra, onde desenvolveram várias iniciativas culturais, reunindo-se em tertúlias literárias: discutiam Spencer, Nietzsche e Bergson; publicavam poesia, ficção, ensaios e crítica de teatro.

Após a Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, o grupo esteve temporariamente separado, seguindo caminhos diversos, embora se mantivessem ligados, por via epistolar. Todos eles tiveram contacto com a doutrina da *Action Française* e com o pensamento de Charles Maurras, que teriam, por sua vez, influência na formação do movimento português. Chamaram ao movimento "Integralismo Lusitano", expressão usada numa revista literária denominada *Alma Portuguesa*, publicada na Bélgica, em 1913, por um grupo de exilados monárquicos, que haviam cooperado nas incursões de Paiva Couceiro, entre os quais Francisco Rolão Preto (1893-1977) e Luís Almeida Braga (1886-1970).

Também em 1913, o Padre Amadeu de Vasconcelos (1879-1952), antigo republicano, exilado em Paris, publicava *Os Meus Cadernos*, sob o pseudónimo de *Mariotte*,

sendo dos primeiros textos portugueses que reflectem a doutrina da *Action Française*<sup>2</sup>. Já em Fevereiro de 1914, João do Amaral (1893-1981), outro antigo republicano, convertido à monarquia, lançava em Lisboa o primeiro número do periódico panfletário *Aqui d'El-Rei!*...<sup>3</sup>, onde sistematizava a doutrina do Integralismo Lusitano, explicando o que se devia entender por monarquia orgânica, antiparlamentar, descentralizadora e tradicionalista.

Assim, ia sendo estruturado o projecto integralista, que se iniciou como movimento organizado, em 1914, com o surgimento da revista *Nação Portuguesa*<sup>4</sup>, o seu primeiro órgão teórico. Desta forma, os integralistas começam a sua campanha ideológica, pugnando pelo regresso à monarquia tradicional, que teria sido interrompida pelo liberalismo.

Em 1915, o grupo realizou uma série de conferências na Liga Naval, sobre a «Questão Ibérica», a pretexto da ameaça espanhola. Com as conferências, iniciadas a 7 de Abril, os integralistas tiveram um momento de projecção pública, abordando diversos temas de interesse nacional, a nível político, económico, cultural, entre outros<sup>5</sup>. Contudo, as conferências foram interrompidas no mês seguinte, na sequência do movimento que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro. O movimento, que até então era doutrinário e literário, torna-se também político.

Após esta breve síntese acerca da instituição e desenvolvimento inicial do Integralismo Lusitano, procuramos agora explorar alguns aspectos da vida de Alfredo Freitas Branco, Visconde do Porto da Cruz, em articulação com a história do movimento. Nesta perspetiva, pretendemos compreender o contributo desta figura madeirense, na formação e propaganda dos ideais integralistas, numa baliza cronológica compreendida entre 1915 e 1932.

---

<sup>2</sup> *Os Meus Cadernos* foram publicados a partir de agosto de 1913 até 1916, com uma segunda série em 1919, no Porto, e um terceira entre 1923 e 1925, em Lisboa. Estes textos reflectem a doutrina de Charles Maurras e influenciam o movimento do Integralismo Lusitano.

<sup>3</sup> *Aqui d'El-Rei!*... foi uma revista panfletária de periodicidade quinzenal, publicada em Lisboa, entre Fevereiro e Abril de 1914, num total de cinco números. João do Amaral era, além de proprietário, o seu autor e editor.

<sup>4</sup> O primeiro número da revista *Nação Portuguesa* saiu no dia 8 de abril de 1914. Teve várias séries a partir de 1914 e até 1938, sendo a primeira série dirigida por Alberto de Monsaraz, entre 1914 e 1916, com o subtítulo de *Revista de Filosofia Política*.

<sup>5</sup> Compiladas em volume sob o título *A Questão Ibérica* (1916), as conferências e respetivos autores, foram: «O território e a Raça», por António Sardinha; «A Língua e a Arte», por Hipólito Raposo; «Música e instrumentos», por Luís de Freitas Branco; «Aspectos económicos», por José Pequito Rebelo; «Colonizações ibéricas», por Rui Enes Ulrich; «Direito e instituições», por Xavier Cordeiro; «Aspectos políticos-militares», por Vasco de Carvalho; e «Lição dos factos», por Luís de Almeida Braga. Cf. RAMOS, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, p. 541 e CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», pp. 139-140.

Alfredo Freitas Branco nasceu no Funchal a 1 de Janeiro de 1890, onde veio a falecer a 28 de Fevereiro de 1962. Oriundo de ilustres famílias madeirenses, monárquico «por convicção e estudo»<sup>6</sup>, ficou conhecido por Visconde do Porto da Cruz, título que passou a usar a partir de 1921<sup>7</sup>.

Foi jornalista, publicista, escritor, enfim, uma figura de natureza multifacetada, cujo perfil político e revolucionário o levou a entregar-se a diversas causas públicas, vindo também a abraçar vários credos e ideologias políticas, em diferentes fases da sua vida.

Durante a Primeira República privou com a elite cultural portuguesa, sobretudo ligada aos círculos monárquicos e ao Integralismo Lusitano, movimento a que viria a aderir e no qual viria a desenvolver profícua actividade. É, pois, neste sentido, que pretendemos seguir as suas movimentações, num período de intensa atividade integralista, cujo contributo ainda hoje é ignorado.

Alfredo de Freitas Branco esteve exilado na Galiza e em França por ter participado nas incursões monárquicas de 1911-1912, comandadas por Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944), após a Implantação da República. Tudo indica, portanto, que contactou com a doutrina da *Action Française*, em 1913, durante a sua estadia em Paris.

Quando se realizaram as conferências na Liga Naval, em 1915, Freitas Branco encontrava-se na ilha da Madeira, sua terra natal, para onde havia regressado, após a amnistia concedida aos exilados incompatibilizados com a República. No Funchal, em Maio daquele ano, colabora no recém-formado semanário *O Realista*<sup>8</sup>, cujo objectivo principal era a defesa da causa monárquica. Num artigo, sob o título «Pela Monarchia», publicado no primeiro número daquele periódico, Freitas Branco garantia:

---

<sup>6</sup> Afirmção do próprio Freitas Branco, numa entrevista ao *Diário Nacional*, transcrita pelo *Diário da Madeira*: S.A., 1917, «Entrevista de Arte [...]», p. 1.

<sup>7</sup> O título de Visconde do Porto da Cruz foi atribuído a Alfredo de Freitas Branco em Abril de 1921, legalmente autorizado por D. Manuel II, no exílio, e reconhecido pelo Conselho da Nobreza em 1950. O seu filho Silvano José de Freitas Branco (n. 1925, m. 2013) viria a ser o 2.º Visconde do Porto da Cruz. O título pertencia ao seu bisavô materno, Valentim de Freitas Leal, conforme afirmou o próprio Alfredo de Freitas Branco nos 2.º e 3.º vols. de *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira*: Cf. PORTO DA CRUZ, 1950, *Notas e Comentários* [...], p. 22 e PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas e Comentários* [...], p. 24 e p. [331].

<sup>8</sup> *O Realista* iniciou a sua publicação no dia 2 de Maio de 1915 e foi suspenso nesse mesmo mês, devido ao golpe que pôs fim à ditadura de Pimenta de Castro. O semanário reapareceu, com uma segunda série (n.º 4), a 27 de Dezembro de 1917 e, a partir do primeiro número da segunda série passou a ser o órgão do Integralismo Lusitano na Madeira. Na primeira série, Ramon Rodrigues era diretor e editor; a partir da segunda série, Alfredo de Freitas Branco passou a ser o diretor e também redator principal e editor. O último número, o n.º 12, saiu a 21 de Fevereiro de 1918.

«E, assim, bradando sempre bem alto a minha crença de Cristão e Monárquico sincera e convictamente Legitimista, eu abandonei toda uma vida pacata a que as circunstâncias me obrigavam e agora em *O Realista*, eu vou combater declaradamente, enquanto durar a República, só pela restauração da Monarquia, como único regime que pode salvar esta querida Pátria»<sup>9</sup>.

Nestas palavras estão evidentes as suas intenções restauracionistas, a sua ânsia em lutar contra o regime republicano. Todavia, *O Realista* foi suspenso nesse mesmo mês, devido ao golpe que pôs fim à ditadura de Pimenta de Castro, tendo saído apenas três números (reaparecerá em 1917). Interrompido *O Realista*, continuará Freitas Branco a lutar pela causa monárquica por outros meios, como veremos adiante.

Com efeito, ainda nesse ano de 1915, decidido a prosseguir os estudos no curso de Direito, na Universidade de Lisboa, segue para a capital, no mês de Outubro, em plena Grande Guerra. Em Lisboa, priva com António Sardinha, um dos mentores do Integralismo Lusitano, que conhece através do seu primo, o músico Luís de Freitas Branco (que também participara nas conferências na Liga Naval, com a palestra «Música e instrumentos»). Deste modo, toma contacto com o Integralismo Lusitano e adere ao movimento, participando ativamente na difusão da doutrina integralista.

O seu contributo foi desenvolvido, essencialmente, de três formas distintas: numa primeira fase, iniciou uma acção de propaganda junto dos colegas da universidade, procurando disseminar os ideais integralistas. Em segundo lugar, desenvolveu colaboração assídua e prolífera na imprensa periódica. Finalmente realizou diversas conferências, em diferentes locais, abordando a temática do Integralismo Lusitano.

Em 1916, os integralistas continuaram a organização do movimento político, fundando, em Abril, a Junta Central do Integralismo Lusitano. Inicialmente, a Junta Central era composta por Adriano Xavier Cordeiro, Alberto Monsaraz, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich. É então publicado o primeiro manifesto subscrito por esta Junta e, em Novembro, definidos em estatutos o objectivo da organização.

No seu plano estrutural, o Integralismo Lusitano procurou ainda constituir juntas provinciais, municipais e escolares, núcleos, conselhos técnicos e sindicatos profissionais. Nesta linha de organização foi também constituído um núcleo integralista na Madeira, a 20 de Janeiro de 1917, que obedecia à Junta Central, de cuja comissão instaladora fez parte Alfredo de Freitas Branco<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> BRANCO, 1915, «Pela Monarchia», pp. 3-4.

<sup>10</sup> Da comissão instaladora do núcleo integralista da Madeira fizeram parte Alfredo de Freitas Branco, Luís Vieira de Castro, Juvenal de Araújo, Ramon Rodrigues e o Padre Eduardo Pereira. Cf. JANES, 1997, *Nacionalismo e Nacionalistas* [...], p. 149.

Progressivamente, os integralistas iam conquistando novos adeptos, sobretudo entre a nova geração estudantil. Os estudantes aderiam ao Integralismo Lusitano e a doutrina chegava a outras universidades, aumentando o número de inscritos. É neste quadro que Alfredo de Freitas Branco tem uma posição de relevo, ao ser nomeado pela Junta Central como organizador e presidente da Secção Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano.

No dia 22 de Abril de 1917, o jovem integralista proferiu uma conferência no Círculo Católico, em Lisboa, sob o tema «A acção do Estado nas suas relações com a Igreja Católica», editada pela Casa Católica, no mesmo ano. Nesta palestra, defendeu princípios integralistas, entre os quais: o regresso à monarquia tradicional; a família como base dos agregados sociais, combatendo a lei do divórcio; o município com a sua autonomia, a descentralização e o respeito pelos seus privilégios<sup>11</sup>.

Ainda em 1917, os integralistas lançam um novo periódico, *A Monarquia*<sup>12</sup>, que passava a ser o principal órgão de propaganda do grupo, sucedendo à revista *Nação Portuguesa*, tendo entre os seus colaboradores o madeirense Alfredo de Freitas Branco. No âmbito da campanha do Integralismo Lusitano, os integralistas orientavam também jornais de outros locais do país. Neste contexto, a 27 de Dezembro de 1917, reaparece na Madeira o semanário *O Realista*, que estava suspenso desde 1915. Pertencendo agora à Junta Regional Integralista da Madeira, a segunda série daquele semanário, com o subtítulo «órgão do Integralismo Lusitano na Ilha da Madeira», ostentava a imagem do pelicano, no canto superior esquerdo, com a inscrição «pola lei e pola grei». Alfredo de Freitas Branco, na Madeira, assumia o cargo de director do semanário *O Realista*, como também o de redactor principal e editor. Consciente das dificuldades da função, o novo director declarava:

«[...] chamados pela Junta Regional Integralista da Ilha da Madeira para a direcção do nosso semanário, não nos restava mais que um caminho – *aceitar*, se bem que contrariados, tão honroso quanto difícil encargo, porque o primeiro dever do Integralista é a *obediência absoluta*»<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> PORTO DA CRUZ, 1917, *A Acção do Estado nas suas relações com a Igreja Catholica*.

<sup>12</sup> *A Monarquia* iniciou a sua publicação a 12 de Fevereiro de 1917, tendo como director Alberto de Monsaraz e João do Amaral como redactor-chefe. Na sequência dos incidentes de Monsanto e da Monarquia do Norte, suspendeu a sua publicação, reaparecendo a 18 de agosto de 1919, tendo como director Hipólito Raposo. Entre 10 de Abril e 12 de Julho de 1920 voltou a interromper a edição, por não aceitar exigências de tipógrafos. A publicação terminaria definitivamente a 6 de maio de 1922, depois da assinatura do Pacto de Paris, embora viesse ainda a editar números extraordinários: a 15 de Maio de 1922, um suplemento ao último número; a 10 de Dezembro de 1922; a 5 de Abril de 1923; e a 15 de Maio de 1925, um último número extraordinário aquando da morte de António Sardinha. Cf. CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», pp. 141-142.

<sup>13</sup> BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1 (itálico do autor).

Freitas Branco explicava as intenções do novo órgão integralista: «o nosso objectivo é *fixar, congraçar, solidificar* os nossos princípios, chamar à nossa bandeira *todas as energias, todas as boas vontades* capazes de sustentar a Pátria na fatal derrocada»<sup>14</sup>. Para realizar tal projecto, apelava à união do grupo e contava com o apoio de todos os monárquicos, organizados e sem ambições pessoais. Assim, no semanário *O Realista* fazia propaganda da doutrina integralista:

«Pugnamos pela monarquia que faça renascer para o País os seus institutos históricos: que, com a autonomia e a mais ampla descentralização administrativa, desfaça o despotismo do individualismo democrático, reunindo no Terreiro do Paço todos os serviços públicos da nação; que substitua o parlamento, tal como o conhe[ce]mos pela representação profissional das classes; que confira á religião católica todas as regalias a que tem jus como a maior força no seio da sociedad[e]; que dê ao Rei toda a independência e as verdadeiras atribuições soberanas»<sup>15</sup>.

Neste quadro, Alfredo de Freitas Branco alertava para a necessidade de restaurar a monarquia, mas no seu modelo tradicional, de forma a torná-la forte e «inabalável a todos os ataques do liberalismo»<sup>16</sup>. Esta advertência vinha confirmar a base da ideologia política integralista, que residia num nacionalismo tradicional, contra a concepção liberal do Estado.

Além da colaboração na imprensa periódica, Freitas Branco também publicou alguns livros, que refletem o pensamento integralista e incluem descrições das suas vivências na luta pela causa monárquica e da experiência no exílio: *O destino: romance histórico* (1915); *Anna Clara* (1916); *No exílio: scenas da vida dos conspiradores monarchicos* (1917); e *Charcos* (1917). São as suas primeiras obras literárias e coincidem com um período de prolífera atividade integralista.

A partir de finais de 1917, com a vitória de Sidónio Pais, a atuação política organizada do Integralismo Lusitano ganhou maior relevância. Na verdade, ao longo de 1918, com a presidência e ditadura sidonista, os integralistas viram a sua oportunidade de ocupar lugares no poder, como foi o caso de A. Xavier Cordeiro, António Sardinha e Pequito Rebelo, eleitos deputados.

Em Janeiro de 1918, Alfredo de Freitas Branco regressa a Lisboa. Já na capital, fica fascinado pela figura de Sidónio Pais, tornando-se um dos seus mais fervorosos apoiantes e seguidores. Freitas Branco estava presente na Estação do Rossio quando o presidente foi assassinado e, segundo relata na obra *Paixão e morte de Sidónio* (1928), foi

---

<sup>14</sup> BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1 (itálico do autor).

<sup>15</sup> BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1.

<sup>16</sup> BRANCO, 1917, «Definindo Atitudes», p. 1.

ele próprio um dos homens a prender o assassino do malogrado<sup>17</sup>. Frequentava, então, o curso de oficial na Escola de Guerra, da qual viria a ser demitido, no ano seguinte (a 29 de Maio de 1919), acusado de ser um dos responsáveis pela formação das Juntas Militares, para defesa do regime edificado por Sidónio Pais<sup>18</sup>.

Além das Juntas Militares, Freitas Branco participou também em várias conspirações monárquicas, após as derrotas de Monsanto e da proclamação da Monarquia do Norte, nas quais também colaboraram integralistas.

Contudo, com o fracasso das tentativas restauracionistas, surgem divergências no seio dos monárquicos, que iriam provocar o declínio do movimento político integralista. Com efeito, uma facção integralista sentia-se desiludida com o rei exilado, D. Manuel II, durante o pronunciamento monárquico e, mais tarde, por este manter-se fiel aos princípios do constitucionalismo. Esta situação levou-os à cisão dinástica, a 19 de Outubro de 1919 e, após um período a que chamaram de “interregno”, passaram a obedecer politicamente e a apoiar o príncipe D. Duarte Nuno de Bragança como herdeiro do trono de Portugal<sup>19</sup>. Porém, esta decisão, tomada pela Junta Central do Integralismo Lusitano, em 1920, não foi unânime, pois alguns permaneceram fiéis a D. Manuel II, vindo a formar, em 1921, a Acção Tradicionalista Portuguesa, liderada por Alfredo Pimenta e Caetano Beirão. Alfredo de Freitas Branco aderiu a esta nova organização que, a partir de 1923, passou a ser conhecida por Acção Realista Portuguesa, tendo como órgão a revista *Acção Realista*<sup>20</sup>, então dirigida pelo madeirense Ernesto Gonçalves (1898-1982).

Durante estes anos, Alfredo de Freitas Branco, já Visconde do Porto da Cruz, colabora na *Acção Realista*, onde publica alguns textos defendendo os seus ideais. Num artigo, dirige-se «Aos Combatentes da Monarquia Nova», enaltecendo «os sindicatos monárquicos e quantos caminham confiantes na vitória da Monarquia Nova, *pola Lei e pola Grey*»<sup>21</sup>. Mais tarde, escreve sobre o constitucionalismo, considerando

---

<sup>17</sup> PORTO DA CRUZ, 1928, *Paixão e morte de Sidónio* pp. 13-17.

<sup>18</sup> Alfredo de Freitas Branco foi demitido do Exército, a 29 de maio de 1919, acusado de ser um dos responsáveis pela formação das Juntas Militares e por ter incorrido no crime previsto na «alínea b) do n.º 4 do art.º 2 do D.º n.º 5368 de 8 de Abril, nos termos do D.º de 17 de Maio». PORTO DA CRUZ, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, p. 74.

<sup>19</sup> Para aprofundar este assunto leia-se S.A., 1921, *A Questão Dinástica* [...].

<sup>20</sup> A revista *Acção Realista*, órgão da Acção Realista Portuguesa, iniciou a sua publicação em Lisboa, a 22 de Maio de 1924. Teve 3 séries, de Maio de 1924 a Outubro de 1926, num total de 32 números. A primeira série foi publicada de 22 de Maio a 15 de Dezembro de 1924 (Ano I); a segunda série corresponde de 1 de Janeiro a 15 de Dezembro de 1925 (Ano II); a terceira série, de Janeiro a Março de 1926 (Ano III). As instalações da redacção situavam-se na Rua da Barroca, 59. A revista *Acção Realista* era dirigida por Ernesto Gonçalves, que era também o redactor principal, sendo o seu editor António Ferreira Júnior.

<sup>21</sup> PORTO DA CRUZ, 1924, «Aos Combatentes da Monarquia Nova», p. 30.

«que é tão anti-patriótico como a República, que tem tantas responsabilidades como a República, que é tão maçónico e anti-católico como a República»<sup>22</sup>. No mesmo artigo acreditava que a Monarquia voltaria em breve, estando de acordo com os ideais integralistas: «uma *Monarquia nova*, onde as *Classes*, as *Profissões* e as *Províncias* se representem e façam voltar a vida nacional ao equilíbrio perdido nas jornadas terríveis de 1820 e de 1834»<sup>23</sup>.

Nesta revista, o Visconde assina ainda dois artigos, sob o título de «O Perigo Judeu I» e «O Perigo Judeu II», nos quais se insurge contra os judeus, revelando um carácter anti-semita<sup>24</sup>. Esta faceta era também o pensamento dos integralistas, tendo, inclusivamente, os principais mentores do Integralismo Lusitano deixado alguns escritos de teor racista; por exemplo, António Sardinha chegou a «identifica[r] os plutocratas como «judeus contemporâneos»»<sup>25</sup>.

O integralismo entra agora numa nova fase doutrinária, reforçando a sua acção ideológica nas facções conservadoras, tendo em vista dois focos principais: sindicalista e nacionalista. Nesta nova fase ideológica do movimento, Freitas Branco realiza algumas conferências, abordando as temáticas da questão social e do sindicalismo. No dia 7 de Junho de 1923, no Centro Sidónio Pais, em Lisboa, apresenta ao público uma palestra com o tema «A questão social – Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida». Ainda naquele ano, realizou um ciclo de conferências, no Núcleo Regional de Lisboa das Juventudes Monárquicas Conservadoras, sob o título de «Sindicalismo-Morte, Sindicalismo-Vida». A série de conferências foi apresentada em quatro sessões, nas quais abordou temas como História e Trabalho; Correntes Sindicalistas; Organização da Classe Trabalhadora; Organização sindicalista em França, Itália e Espanha; e Sindicalismo em Portugal.

Em 1926, os integralistas apoiaram o golpe militar de 28 de Maio, que substituiu a República Parlamentar pela Ditadura Militar. Estes decidiram apoiar a Ditadura, pois acreditavam que se seguiria a restauração monárquica e também porque esta era a vontade de D. Manuel II, no exílio, que deu instruções para que apoiassem o Governo. O Visconde do Porto da Cruz também colaborou na insurreição militar, como o próprio confirmou: «Quando chegou, em 28 de Maio de 1926, a hora da Revolução Nacional eu estava no meu posto, pronto para a luta contra a política individualista e sectária dos «partidos políticos» que dividiam e ameaçavam a vida da Nação»<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> PORTO DA CRUZ, 1924, «Definindo bem», p. 156.

<sup>23</sup> PORTO DA CRUZ, 1924, «Definindo bem», p. 153 (itálico do autor).

<sup>24</sup> PORTO DA CRUZ, 1924, «O Perigo Judeu I», pp. 53-55 e 1924, «O Perigo Judeu II», pp. 96-98.

<sup>25</sup> CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», p. 166. A este propósito veja-se, por exemplo, SARDINHA, 1934, *A prol do Comum. Doutrina & História*.

<sup>26</sup> PORTO DA CRUZ, 1949, *Olhando o passado... considerando o futuro*, p. 3.

No início sentiu-se desiludido com o governo do General Gomes da Costa, por não serem cumpridas as promessas de ser readmitido no Exército. Contudo, acabou por apoiar a Ditadura, após o golpe de 2 de Fevereiro de 1927, chegando a considerar que «o programa integralista apresentado pelo Ditador Gomes da Costa e que o Governo da Ditadura Nacional tem procurado realizar, apoiado pela Força e pelo sentimento unânime do Povo Português é bem o reviver do Pensamento de Sidónio Pais»<sup>27</sup>.

Em 1932, Salazar convidou os monárquicos a colaborar com a União Nacional, comunicando-lhes a improbabilidade de se restabelecer a Monarquia a curto prazo. Grande parte dos monárquicos aderiu ao Estado Novo, enquanto os integralistas mantiveram-se na oposição, tendo alguns dos seus elementos vindo a mobilizar-se e a fundar o Movimento Nacional-Sindicalista<sup>28</sup>. O grupo, também conhecido pelos “Camisas Azuis”, era liderado por Francisco Rolão Preto e pretendia aproximar o movimento aos modelos fascistas europeus, nomeadamente o fascismo italiano. O nacional-sindicalismo reuniu antigos integralistas e antigos membros da Acção Realista Portuguesa, e a ele também aderiu o Visconde do Porto da Cruz, entretanto seduzido pelo fascismo. Mais tarde, após a dissolução do movimento, iria colaborar com o Estado Novo e admirar a figura de Oliveira Salazar, até, por fim, desencantar-se com a política.

## Fontes e Bibliografia

- ASCENSÃO, Leão Ramos, 1943, *O integralismo lusitano*, Lisboa, Edições Gama.
- BRANCO, Alfredo de Freitas, 1915, «Pela Monarchia», in *O Realista*, n.º 1, pp. 3-4.
- BRANCO, Alfredo de Freitas, 1917, «Definindo Atitudes», in *O Realista*, n.º 4, p. 1.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», in *Análise Social* vol. XVIII, n.º 70 – 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 137-182.
- GOMES, Sílvia Gilberta, 2013, *Memória e Promoção Cultural Madeirense na Obra do Visconde do Porto da Cruz*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, Universidade da Madeira.
- JANES, Emanuel, 1997, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos anos trinta (1928-1926)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico.

---

<sup>27</sup> PORTO DA CRUZ, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, p. 96.

<sup>28</sup> CRUZ, 1982, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», pp. 172-174.

- RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PORTO DA CRUZ, 1917, *A Acção do Estado nas suas relações com a Igreja Catholica*, Lisboa, Casa Catholica.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «Aos Combatentes da Monarquia Nova», in *Acção Realista*, n.º 2, p. 30.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «Definindo bem», in *Acção Realista*, n.º 8, pp. 153-156.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «O Perigo Judeu I», in *Acção Realista*, n.º 3, pp. 53-55.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1924, «O Perigo Judeu II», in *Acção Realista*, n.º 5, pp. 96-98.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1928, *Paixão e morte de Sidónio*, Funchal, Tipografia Esperança.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1949, *Olhando o passado... considerando o futuro*, [Funchal], ed. do autor.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1950, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. II Volume 2.º Período: 1820-1910*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1953, *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira. III Volume 3.º Período: 1910-1952*, [Funchal], Câmara Municipal do Funchal.
- S.A., 1917, «Entrevista de Arte – O que nos diz um escriptor monarchico – Sobre o integralismo em Portugal», in *Diário da Madeira*, n.º 1753, p. 1.
- S.A., 1921, *A Questão Dinástica. Documentos para a História, Mandados Coligir e Publicar pela Junta Central do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Lda.
- SARDINHA, António, 1934, *A prol do Comum. Doutrina & História*, Lisboa, Livraria Ferin Editora.